



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/PE

ESTUDO PRELIMINAR Nº 21498406/2021-GTED/SELOG/SR/PF/PE

Processo nº 08400.007345/2022-15

1. **INFORMAÇÕES BÁSICAS**

1.1. Número do processo: 08400.007345/2022-15

2. **DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

2.1. Com o intuito da criação de salas administrativas para a execução de atividades intrínsecas à Polícia Federal em Pernambuco no prédio conhecido como Margaridão, localizado na Rua do Brum, 145, e a criação de salas de apoio às operações policiais na Sala de Operações, edificação pertencente ao Centro de Treinamento Operacional, localizado na BR-101, este documento tem o propósito de enfatizar a necessidade da instalação de forros e divisórias nas edificações citadas.

2.1.1. Atualmente, no Margaridão, existe um vão que não se apresenta em condições ergonômicas para realização de atividades administrativas de vários setores simultaneamente. Com a instalação de um forro, obteríamos melhoras para as condições térmicas, acústicas e elétricas do local. Adicionalmente, as divisórias ajudariam uma melhor divisão no espaço para se ter atividades de setores diferentes no mesmo espaço, aumentando o rendimento da instituição.

2.1.2. Para a Sala de Operações, atualmente já existe uso em algumas partes da edificação onde se houve a instalação de forro, porém outros locais não o apresentam, assim tornando necessário uma padronização de ambientes, somados as vantagens citadas no item anterior. As divisórias servirão para a delimitação de ambientes, seguindo um novo layout anexo visando melhorar as condições de trabalho.

3. **ÁREA REQUISITANTE**

ÁREA REQUISITANTE	RESPONSÁVEL
GTED/SELOG/SR/PF/PE	NIVALDO JOSÉ DE LIMA FILHO

4. **DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. A contratação se dará conforme a conveniência da CONTRATANTE, obedecendo à demanda das unidades, capacidade orçamentária e prioridades operacionais.

4.2. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, contendo os seguintes serviços:

4.2.1. Instalação de divisórias;

4.2.2. Instalação de forro;

4.3. Declaração de que a empresa proponente possui equipe técnica especializada e compatível com o objeto da licitação, constando da mencionada declaração a relação nominal dos profissionais habilitados a prestar os serviços descritos.

4.4. Os serviços deverão ser executados no horário de expediente: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 as 17:30. Horário especial poderá ser adotado desde que autorizado pela fiscalização de obra da CONTRATANTE.

4.5. O local onde o serviço será executado é área de segurança e, portanto, a construtora deverá seguir as regras do local. Devido a isso, o horário de trabalho da empresa poderá sofrer alterações e ou restrições. Além disso, todo e qualquer funcionário que irá trabalhar na obra deverá ser submetido a investigação social, realizada pelo órgão, a fim de verificar, conforme regras internas, se o funcionário possui perfil adequado para trabalhar na referida obra. Os procedimentos serão explicados a licitante vencedora em momento oportuno, após assinatura do contrato.

4.6. A aquisição objeto desta licitação obedecerá aos critérios de sustentabilidade ambiental contidos no Art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber. A licitante vencedora, conforme art. 6º da Instrução Normativa/SLI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, deverá adotar as práticas de sustentabilidade descritas no anexo XI, na execução dos serviços, quando couber.

4.7. Os critérios de sustentabilidade estão definidas no Item 14 desse mesmo documento.

4.8. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço conforme as diretrizes deste Estudo Preliminar e seus anexos.

4.9. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

5. **LEVANTAMENTO DE MERCADO**

5.1. Trata-se de um serviço com soluções já executadas no mercado. Tal serviço poderá ser executado por qualquer empresa que ateste capacidade de execução completa.

5.2. Foram realizados um levantamento com base em bancos de valores, anexo no SEI nº 25927270 e uma pesquisa de mercado, anexo no SEI nº 26016291 adquirindo através do Compras.com.

6. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

6.1. Serão demandados serviços de instalação de forro em lâ de vidro e divisórias navais contendo portas de madeira e janelas de correr em alumínio para o prédio do Margaridão e a instalação de forro em chapa de placas de gesso e divisórias navais contendo portas de madeira para a Sala de Operações, pertencente ao prédio do Centro Operacional.

7. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1. A estimativa de preços da contratação baseou-se em pesquisa e por tabelas de preços referenciais (SINAPI, demais bancos de dados acreditados e pesquisas de mercado), sendo que todos os valores encontram-se em planilha orçamentária reduzida e memorial de cálculo constante em anexos deste processo.

7.2. Para o Margaridão:

- 7.2.1. Fornecimento e Instalação de Forro em Lã de Vidro com suporte em estrutura metálica - 200 m²
- 7.2.2. Fornecimento e Instalação de Divisórias Navais - 115,90 m²
- 7.2.3. Fornecimento e Instalação de Janelas de Correr em Alumínio para as Divisórias Navais - 7,56 m²
- 7.2.4. Fornecimento e Instalação de Portas de Madeira de 80cm para as Divisórias Navais - 5 unidades

7.3. Para o Centro Operacional:

- 7.3.1. Fornecimento e Instalação de Forro em Placas de Gesso com suporte em estrutura metálica - 102,50 m²
- 7.3.2. Fornecimento e Instalação de Divisórias Navais - 82,52 m²
- 7.3.3. Fornecimento e Instalação de Portas de Madeira de 80cm para as Divisórias Navais - 7 unidades

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo. Tal valor foi obtido através da tabela de preços referenciais SINAPI, ORSE e levantamento de mercado.

8.2. Valor: R\$ 97.841,58

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. Cabe aqui a justificativa em relação ao não parcelamento do objeto, visto que a regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto no § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/1993. No parcelamento é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU). O órgão licitante poderá dividir a pretensão contratual em itens ou em lotes (grupo de itens), quando técnica e economicamente viável, visando maior competitividade.

9.3. No caso em tela, o parcelamento se mostra tecnicamente inviável, pois para o cumprimento eficaz do objeto do contrato, o parcelamento traria descontinuidades perigosas à eficácia na execução do serviço, ou conforme aludido por Fernandes, 2010: “Na comparação parcelamento x solução integrada

evidenciada nesse estudo, aduz-se que a sistemática do gerenciamento integrado vem sendo absorvida como a de melhor vantagem, uma vez que além de representar avanço de gestão, controle e redução de gastos, e permitir a unicidade do objeto, suprime problemas de continuidade dos serviços contratados, garantindo-lhes a um só tempo celeridade, harmonia, equilíbrio e revisão dos atos.” Portanto, para a unicidade do objeto, ou seja, para a perfeita execução da obra de demolição, fica impraticável o parcelamento da contratação.

9.4. Ainda nesse íterim, buscando soluções que visem a ampliação da concorrência e economicidade do contrato, sem que haja perda da eficiência e unicidade do objeto, a solução alternativa postulada é a subcontratação de parte do objeto, conforme art. 72 da Lei nº 8.666/1993, quando da realização de uma única licitação, com todo o objeto adjudicado a um único licitante, mas havendo permissão para que a licitante vencedora subcontrate uma parte específica (parcelamento material). Assim, parte dos serviços indicados na planilha orçamentária poderão ser objetos de subcontratação.

10. **CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

10.1. Não há contratos interdependentes. O que existe é um contrato de manutenção predial que realiza alguns serviços no local (Ex.: manutenção em aparelhos de ar condicionado e luminárias).

11. **ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

11.1. Como já foi explicitado neste estudo e no decorrer de todo processo, ante às condições e necessidades de realização dessa demanda, faz necessário destaca que os resultados oriundos da contratação justificam, do ponto de vista gerencial, administrativo e financeiro, a solução apontada neste documento e que os princípios adotados, diretrizes, parâmetros, orientações e apontamentos que serão tomados como referência pela CONTRATADA estão presentes nos documentos supracitados no decorrer do processo.

11.2. Pelo exposto, e ante às necessidades e justificativas que embasam a contratação de empresa especializada para consecução do objeto deste instrumento, os resultados que a Administração Pública, no polo contratante desta relação contratual, espera é que sejam cumpridos todos os requisitos do edital para atingir-se a finalidade a que se propõe o contrato, dentro dos princípios básicos que norteiam o Direito Público, de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência - dentre outros.

12. **BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO**

12.1. Melhores condições para realização de atividades inerentes à Polícia Federal do Estado de Pernambuco.

12.2. Com instalação de forros nas edificações obtemos:

12.2.1. Isolamento acústico e resistência à agentes nocivos como fogo, umidade, ataque de insetos ou roedores e proliferação de fungos e bactérias;

12.2.2. Facilidade para esconder fios e dutos no teto;

12.2.3. Ótimo custo benefício para ambos os materiais requisitados (lã de vidro no Margaridão e placa de gesso na Sala de Operações)

12.3. Com a instalação de divisórias navais nas edificações obtemos:

12.3.1. Opções de divisão de ambientes, promovendo mais organização para os locais de trabalho;

- 12.3.2. Instalação e manutenção rápida e fáceis
- 12.3.3. Excelente isolamento acústico;
- 12.3.4. Reaproveitamento do material em caso de desvantagem.

13. **PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

13.1. A contratante deverá providenciar:

- 13.1.1. Liberação de acesso para a equipe de instalação;
- 13.1.2. O local de instalação deve estar desimpedido;
- 13.1.3. Disponibilização de energia elétrica compatível com os maquinários de instalação;
- 13.1.4. Garantia de acesso de maquinário de instalação ao local de instalação dos módulos.

14. **POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

14.1. Sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de serviços pela Administração Pública Federal, conforme artigos 5º e 6º da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, a Contratante exigirá que a empresa Contratada adote as seguintes práticas de sustentabilidade no fornecimento do objeto contratado:

Art. 5º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Art. 6º Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II – adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

- III – Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;
- VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e
- VIII – preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

14.2. A comprovação do disposto acima poderá ser feita mediante apresentação de declaração da empresa, assinalando que cumpre os critérios ambientais exigidos. A Contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação quanto às exigências.

15. **DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

15.1. O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa nº 05/2017 – SEGES/MPDG, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e ao objeto da contratação, bem como o devido atendimento às demandas de negócio formuladas.

15.2. Além disso, os benefícios pretendidos são adequados; os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade; os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos.

15.3. Assim, declaramos a viabilidade da contratação e recomendamos o serviço proposto.

16. **RESPONSÁVEIS**

NIVALDO JOSÉ DE LIMA FILHO
Agente de Polícia Federal
Matrícula 19.629

ANDRÉ OLIVEIRA DE SOBRAL
Papiloscopista Policial Federal
Matrícula PF 18.999

Recife, 23 de Novembro de 2022.

17. **LISTA DE ANEXOS**

I - Layout das Divisórias nas Edificações (25927270)

II - Orçamento (25927912)



Documento assinado eletronicamente por **NIVALDO JOSE DE LIMA FILHO, Agente de Polícia Federal**, em 30/11/2022, às 13:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE OLIVEIRA DE SOBRAL, Papiloscopista Policial Federal**, em 30/11/2022, às 14:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **25793967** e o código CRC **12B27805**.